

memória

em destaque

Conselheiro Lafayette

Promotor público de Ouro Preto em meados do século XIX, foi conselheiro e senador do Império

Lafayette Rodrigues Pereira nasceu em 28 de março de 1834, na Fazenda de Macacos, Vila de Queluz. Era filho de Antônio Rodrigues Pereira e de Clara Rodrigues Pereira. O pai era homem de formação militar, interessado pelo Direito e foi vereador da Câmara de Queluz e juiz municipal e, em 1881, foi agraciado com o título nobiliárquico de Barão de Pouso Alegre.

Em agosto de 1846, Lafayette e seu irmão Washington foram entregues aos cuidados do tio paterno, padre Felisberto Rodrigues Milagres, vigário na cidade de Prados, que, responsável pela educação dos dois, introduziu-os aos estudos das línguas clássicas. Aos dezoito anos, mudou-se para São Paulo, iniciando o curso de Direito na Faculdade do Largo de São Francisco.

Logo que se formou, foi nomeado promotor público de Ouro Preto. Ilustra sua passagem pelo Ministério Público uma notícia publicada a mando do advogado de uma das partes, na tipografia provincial de Ouro Preto, em 1858: *Em atenção ao Publico. No processo crime de calumnia, e injuria verbal feito pelo Sr. Subdelegado de Itabira do Campo contra Vicente Ferreira Mendanha a requerimento de seu irmão Gabriel de Gouvea Mendanha [...] O Sr. Promotor, sendo ouvido sobre o processo, deo a seguinte resposta: Este processo é uma verdadeira maravilha, não há notícia d'uma causa tão informe. Há tentas irregularidades, que apenas tocarei nas pricipaes. As testemunhas não forão perguntadas pelos costumes: a palavra não foi dada ao Reo para contestar. O auto de qualificação, o chamado termo de repergunta que segui-o são outras tantas extravagâncias. A fiança esta mal processada: no termo de hypotheca não vem, como alias é indispensável, transcripto o conhecimento do pagamento de novos direitos, e a certidão negativa de hypotheca. Em ultima analyse, este processo seguiu uma marcha completamente errada: os duos crimes, de que é accusado o Reo, são daquelles que as autoridades policiaes julgão definitivamente. [...]*

Em 1859, deixou o Ministério Público e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se estabeleceu no escritório do renomado advogado Teixeira de Freitas e, posteriormente, no escritório de Andrade Figueira, também advogado respeitado e juriconsulto. Paralelamente, participou da fundação do jornal *Atualidade*.

Militante do Partido Liberal, foi nomeado presidente do Ceará, cargo equivalente ao de governador de Estado, em 1864. Logo em seguida, foi confiada a Lafayette a presidência do Maranhão, exercida até 1866, quando retornou à advocacia e ao jornalismo.

Em 9 de julho de 1870 casou-se, aos 36 anos, com Francisca Coutinho, com quem teve cinco filhos.

No ano anterior, havia publicado no Rio de Janeiro sua primeira obra jurídica: *Direitos de família*, cuja introdução propôs uma classificação do Direito Civil fundada no modelo alemão, que acabou sendo acolhida no Código Civil de 1916



e preservada também na concepção do código de 2002. Em 1877, publicou seu segundo livro, *Direito das coisas*, obra original do Direito pátrio sobre tema até então inexplorado. Milton Campos, em discurso proferido por ocasião das comemorações do 1º centenário de nascimento de Lafayette, sintetizou o valor das duas obras: “[...] quando elaborou suas duas grandes obras – *Direitos de família* e *Direito das cousas* – o direito brasileiro ainda era caótico e informal. [...] Era a confusão dos assentos, dos estatutos, dos avisos e dos estilos. Deste caos tirou Lafayette a límpida exposição do nosso direito civil [...] Vencendo todas as dificuldades do tempo conseguiu uma construção jurídica imperecível, que ainda hoje é alimento dos estudiosos e nutrição dos mestres [...]”.

memória em destaque

Conselheiro Lafayette (cont.)

Em sua passagem pelo Ministério da Justiça, pode-se destacar a regulamentação da competência do tribunal e da forma do processo nos crimes cometidos em países estrangeiros contra o Brasil e os brasileiros, bem como a regulamentação da execução, em nosso país, de sentenças estrangeiras cíveis e comerciais. Em novembro de 1879, tornou-se senador vitalício do Império escolhido por D. Pedro II, já então seu amigo e admirador. Em 1882, foi nomeado conselheiro de Estado Extraordinário, passando a conselheiro ordinário em 1886.

A trajetória política de Lafayette atingiu o ponto máximo ao ser nomeado, em 1883, para a presidência do Conselho de Ministros, acumulando o Ministério da Fazenda. No ano seguinte, deixou o governo, retornando à sua condição de senador e conselheiro de Estado até quando foi implantada a República, em novembro de 1889.

Já na República, Lafayette continuou a ter seu talento reconhecido pelo governo. Em 1907, na companhia de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Clóvis Beviláqua, integrou, a convite do Barão do Rio Branco, o primeiro grupo de juízes com atuação perante a Corte Internacional de Arbitragem de Haia, na Holanda.

Em 1908, indicado por Rui Barbosa e pelo Barão do Rio Branco, foi eleito para ocupar a cadeira nº 23 da Academia Brasileira de Letras.

Por ocasião do centenário de seu nascimento, em 1934, o Governo do Estado mudou o nome de Queluz, sua terra natal, para Conselheiro Lafayette, nome dado também ao fórum da comarca de Belo Horizonte, inaugurado em 1950.